

REQUERIMENTO Nº
(Do Sr. Chico D'Angelo)

Solicita realização de Audiência Pública
para discussão do PL 6573/2016.

Prezados Senhores,

Requeiro, nos termos regimentais, ouvido o plenário dessa Comissão, a realização de reunião de Audiência Pública nesta Comissão de Cultura para discussão do PL 6573/2016, de minha autoria, que exige complementação de apresentação de documentação para autodeclaração como negro ou pardo para fins de ação de afirmativa.

JUSTIFICAÇÃO

Apresentei esse Projeto de Lei a partir de sugestão de ativistas pela Igualdade Racial que consideram a necessidade de aprimorar os mecanismos de autodeclaração como negros e pardos para fins de ação afirmativa.

Esse PL, levando em conta denúncias de fraude – ainda que em pequena proporção – e de burlas ao sistema de ação afirmativa vigente nas Instituições de Ensino Superior e nos concursos públicos, segundo as quais pessoas não pretas ou pardas ou indígenas estariam ingressando nas IES e em concursos públicos, declarando serem pertencentes aos grupos populacionais que possuem direito à reparação pelos processos históricos de violência e de exclusão social contra a população não-branca resultantes do colonialismo, da escravidão e de todos os seus reflexos na contemporaneidade que contribuem para o cenário de injusta divisão social das oportunidades entre os distintos grupos étnico-raciais no Brasil.

Formais ou não, as denúncias mostram que é preciso fazer algo no sentido de prevenir o erro e o dano. Igualmente, também é preciso punir quem

erra, pessoa ou instituição, porque a impunidade é fomentadora de maiores conflitos. E, digamos assim, estornar para a ação afirmativa dirigida à população negra, o crédito resgatado com a punição.

Dessa forma, esse projeto visa aprimorar o marco legal para que as ações afirmativas possam seguir cumprindo seu objetivo de corrigir as injustiças históricas contra a população não-branca e, assim, contribuir para que o país pague sua imensa dívida com a população negra, parda e indígena.

Considero importante, portanto, que a Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados fomente o debate sobre esse tema a fim de agilizarmos a tramitação dessa matéria no Congresso Nacional.

Sala das Comissões,

abril de 2016

Chico D'Angelo
(PT/RJ)